

## MINISTÉRIO DA FAZENDA PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES PRIMEIRA CÂMARA

Processo no.:

10120.009655/2002-19

Recurso nº.:

135308

Matéria:

COFINS - EXs. 1998 e 1999

Embargante:

DRJ-BRASÍLIA/DF.

Embargada:

Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes

Interessada:

SANTA CRUZ IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.

Sessão de :

21 de outubro de 2004

Acórdão n.º :

101-94.741

EMBARGOS INOMINADOS - OBJETO DE AÇÃO -CARÊNCIA -Tornar-se-á insubsistente o Acórdão embargado. se constatado que por ocasião do julgamento recursal o contribuinte já havia desistido de forma expressa e irrevogável do recurso voluntário anteriormente apresentado, ante a

perda de seu objeto.

Embargos acolhidos.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de pela DELEGACIA DA Declaração interposto RECEITA DE JULGAMENTO EM BRASÍLIA-DF.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, ACOLHER os embargos inominados, a fim de tornar insubsistente o Acórdão de nr. 101-94.361, de 10.09.2003, e não conhecer do recurso voluntário, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

MANOEL ANTONIO GADELHA DIAS

PRESIDENTE

VALMIR SANDRI RELATOR

FORMALIZADO EM: 3 1 JAN 2005

Processo no.: 10120.009655/2002-19

Acórdão n.º : 101-94.741

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros SEBASTIÃO RODRIGUES CABRAL, PAULO ROBERTO CORTEZ, SANDRA MARIA FARONI, CAIO MARCOS CÂNDIDO, ORLANDO JOSÉ GONÇALVES BUENO e MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JUNIOR.



Processo nº.: 10120.009655/2002-19

Acórdão n.º: 101-94.741

Recurso nº.:

135308

Embargante : DRJ-BRASÍLIA/DF.

## RELATÓRIO

Trata o presente de embargos interpostos pela DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DE JULGAMENTO EM BRASÍLIA-DF, em face do Acórdão nr. 101-94.359, proferido por esta Colenda Câmara, em sessão realizada no dia 10 de setembro de 2003, que por unanimidade de votos, anulou a decisão de primeira instância, em razão de não ter sido analisado na decisão recorrida o argumento de decadência suscitado pela contribuinte.

Baixado o processo àquela instância, vem a informação que a contribuinte apresentou em 27 de agosto de 2003 (fl. 344), de forma expressa e irrevogável, desistência do recurso voluntário.

É o relatório.

Processo nº.: 10120.009655/2002-19

Acórdão n.º : 101-94.741

VOTO

Conselheiro VALMIR SANDRI, Relator

Trata o presente de Embargos Inominados, interpostos pela DRJ em Brasília/DF, de acórdão proferido por esta Colenda Câmara, em sessão realizada na data de 10 de setembro de 2003, tendo em vista que a contribuinte protocolizou na data de 27 de agosto de 2003, portanto, antes da realização do julgamento,

desistência expressa e irrevogável do recurso voluntário anteriormente apresentado.

De fato, a contribuinte compareceu a Delegacia da Receita Federal,

antes da realização do julgamento, para informar que havia aderido ao PAES, e por

este motivo apresentou desistência expressa e irrevogável do recurso, acarretando

desta forma, perda do objeto da ação.

Ocorre que até a data do julgamento, sua petição não havia ainda sido

anexada aos autos, razão porque esta Colenda Câmara deu seguimento ao

julgamento, por desconhecer a desistência manifestada pela contribuinte.

Desta forma, voto no sentido de tornar o Acórdão nr. 101-94.359

insubsistente e não conhecer do recurso, ante a perda de seu objeto.

É como voto.

Sala das Sessões - DF, em 21 de outubro de 2004

VALMIR SANDRI

4